

## **Igualdade ainda que utopia: a desigualdade na humanidade e na religião**

*Equality even though utopia: inequality in humanity and religion*

James Vasconcellos Mesquita

Mestrando em Ciências da Religião na Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC-GO)

[jamesmsqt@gmail.com](mailto:jamesmsqt@gmail.com)

<http://lattes.cnpq.br/0913899111197649>

### **Resumo**

A filosofia especulou como seria o gênero humano em um hipotético estado da natureza. A tese evolucionista afirmou que os primatas ascenderam os seres humanos. A teologia ortodoxa defende que a humanidade apareceu pronta para um cosmos feito para ela. De qualquer modo, a existência sempre foi desigual para todas as pessoas. Este artigo lembrará alguns desdobramentos da desigualdade em vários níveis até desembocar em como ela se manifesta na religião. Para atingir o escopo pretendido, foram utilizados os instrumentos da antropologia. O filósofo iluminista suíço Jean-Jacques Rousseau, o antropólogo clássico brasileiro Sérgio Buarque de Holanda e alguns pensadores modernos da religião formam o alicerce que sustentam a edificação intelectual deste artigo.

**Palavras-chave:** Desigualdade. Religião. Antropologia. Filosofia.

### **Abstract**

Philosophy speculated what the human race would be like in a hypothetical state of nature. The evolutionary thesis stated that primates descended from humans. Orthodox theology argues that humanity appeared ready for a cosmos made for it. In any case, existence has always been unequal for all people. This article will remember some developments of inequality at various levels until it ends in how it manifests itself in religion. To achieve the intended scope, anthropological instruments were used. The Swiss Enlightenment philosopher Jean-Jacques Rousseau, the Brazilian classical anthropologist Sérgio Buarque de Holanda and some modern religious thinkers form the foundation that supports the intellectual construction of this article.

**Keywords:** Inequality. Religion. Anthropology. Philosophy.



## Introdução

Este artigo é o resultado das leituras das obras “A origem da desigualdade entre os homens” e “O contrato social” nas quais se procurou verificar a genealogia da desigualdade humana na percepção de Jean-Jacques Rousseau aproximando-a da percepção de Sérgio Buarque de Holanda conforme vista em “O homem cordial” (Raízes do Brasil, 1997), cujos reflexos são observados na manifestação religiosa do brasileiro.

O escritor dessas linhas objetivou mostrar que a igualdade entre os homens nunca passou de uma idealização utópica. Um leitor atento dos escritos do filósofo da Genebra percebe que mesmo ele sabia que a igualdade do estado de natureza nunca foi uma realidade. Outrossim, deve-se ter conhecimento de que ele escreveu em diálogo com a hipótese do estado de natureza apresentada por Thomas Hobbes, no livro “Leviatã”. Então, o que se fez nessa feita foi meramente argumentar que o estado da Humanidade sempre foi, é e sempre será de desigualdade pelas razões as mais diversas e complexas que a convivência social possibilita experimentar e que têm implicações nas religiões desde tempos imemoriais.

## 1 Igualdade e desigualdades conforme Jean-Jacques Rousseau

### 1.1 Liberdade e igualdade imaginadas para todos os homens

Na obra “A origem da desigualdade entre os homens”, Jean-Jacques Rousseau argumentou que o estado de natureza era caracterizado por ser um estado de liberdade equânime. Etimologicamente, o vocábulo “liberdade” (*libertas*, latim) significa “condição de uma pessoa poder dispor de si” (Bueno, 1976). Grosso modo, nesse sentido que Jean-Jacques Rousseau registrou que “O homem nasceu livre” (ROUSSEAU, [s.d.], p. 14). Nesse estado de natureza, todos os seres humanos se assemelhavam. Com esse registro, ele queria expressar tanto acerca da condição do Homem de ir e vir sem restrições, quanto de que o Homem era o agente das leis de seu próprio juízo sem os limites impostos pelas regras sociais cerceadoras. As desigualdades teriam começado no momento da evolução social a qual transmitiu ao ser humano uma “formação adquirida” e artificial afastando-o do estado natural. A convivência em sociedade foi adestrando a razão humana natural com o objetivo de sufocar a natureza original do gênero humano.

Rousseau entendia que “[...] os homens jamais se tenham encontrado no puro estado de natureza [...]” (ROUSSEAU, [s.d.], p. 28). Então, deve-se perceber que a verborragia dele foi no sentido de “formular conjecturas tiradas da exclusiva natureza do homem e dos seres que o



rodeiam” (ROUSSEAU, [s.d.], p. 29). O autor comparou as duas espécies de desigualdades que poderiam ser consideradas como seminais: a Natural e a Moral (ou política). A princípio, se tivesse havido um estado de natureza, a desigualdade teria sido somente de ordem natural. A investigação do autor seria para descobrir sobre o momento em que a desigualdade Política prevaleceu sobre a desigualdade Natural a ponto de as sociedades chegarem à configuração atual.

Em princípio, no estado de natureza, o Homem podia ser analisado de dois pontos: Físico e Metafísico. Do ponto Físico, Rousseau conjecturou o Homem com as características seguintes: um quadrúpede menos forte e menos ágil que os outros animais e sem os instintos deles; em compensação, apropriou-se dos instintos de todos os animais com que tivera contato, alimentava-se do que observara os animais se alimentando e era mais organizado que eles. Por essa razão, vencia os animais em um confronto. Os sentidos da visão, da audição e do olfato eram muito aguçados por servirem à sobrevivência tanto para atacar quanto para se defender. Finalmente, esse Homem não padecia de doenças. Os sofrimentos que lhe eram normais eram os dos ferimentos e os da velhice.

Do ponto metafísico, o instinto era menor que a capacidade de livre-escolha. Os desejos desse Homem eram direcionados para a procura do alimento, do sexo e do repouso. Para mitigar esses desejos, o Homem foi aperfeiçoando o uso da razão. E a razão somada à necessidade motivou a formação das primeiras palavras e a consequente invenção do primeiro dialeto. Esse processo foi a causa evolutiva dos primeiros homens. Percebeu-se que esses homens eram plácidos nas suas paixões e desconheciam os vícios, entretantes, eles tinham amor de si mesmos e a piedade como expressão de virtude. De maneira geral, ninguém sujeitava ou explorava o outro e, por isso, eram menos desiguais. Os únicos medos que tinham eram o da fome e o da dor. Esquematizando as desigualdades comezinhas originais ficavam como demonstrado: (1.) Desigualdades naturais: a. Física; b. Metafísica. (2.) Desigualdade moral. Abaixo, as palavras do filósofo nos servem para corroborar o que acabamos de escrever:

[...] Refiro-me à piedade, disposição conveniente a seres tão fracos e sujeitos a tantos males como nós; virtude tanto mais universal quanto mais útil ao homem que precede nele ao uso de toda reflexão, é tão natural que os próprios animais dão, às vezes, sinais sensíveis dela; sem falar da ternura das mães pelos filhos e dos perigos que afrontam para defendê-los, observamos todos os dias a repugnância que têm os cavalos em pisar um corpo vivo. [...] Tal é o puro movimento da natureza, anterior a toda reflexão; tal é a força da piedade natural, que os costumes mais depravados ainda têm dificuldade em destruir, pois vemos todos os dias, nos nossos espetáculos, toda a gente se enternecer e chorar pelas desgraças de um infeliz, como se estivesse cada qual no lugar do tirano e agravasse ainda mais os tormentos do seu inimigo [...] (ROUSSEAU, [s.d.], p. 49). [...] É, pois, bem certo que a piedade é um sentimento natural, que, moderando em cada indivíduo a



atividade do amor de si mesmo, concorre para a conservação mútua de toda a espécie. É ela que nos leva sem reflexão em socorro daqueles que vemos sofrer; é ela que, no estado de natureza, faz as vezes de lei, de costume e de virtude, com a vantagem de que ninguém é tentado a desobedecer à sua doce voz; é ela que impede todo selvagem robusto de arrebatar a uma criança fraca ou a um velho enfermo sua subsistência adquirida com sacrifício, se ele mesmo espera poder encontrar a sua alhures; é ela que, em vez desta máxima sublime de justiça raciocinada, Faze a outrem o que queres que te façam, inspira a todos os homens esta outra máxima de bondade natural, bem menos perfeita, porém mais útil, talvez, do que a precedente: Faze o teu bem com o menor mal possível a outrem. (ROUSSEAU, [s.d.], p. 50-51)

## **1.2 As desigualdades**

Nosso filósofo especulou um suposto homem se apossando pela primeira vez de uma nesga de terra. Depois, teria surgido a ideia de propriedade e acúmulo de haveres. Esse homem imaginário e simbólico viria a constituir uma família e quis exclusividade de atenção, cuidados e sentimentos. Imaginariamente, ele passou a exigir fidelidade da mulher e, com isso, experimentaria o sentimento de posse e de ciúme. Com a instituição da família a sociedade civil surgiria. O trabalho para cuidar das terras desse homem teria aumentado, fazendo-se mister o auxílio de ajudantes para conseguir dar conta do volume de tarefas. Teria havido a ideia de estocar alimentos para prover a necessidade dos outros, mas no intuito de barganha e comércio. O plantio e a colheita viriam a se tornar trabalhos imprescindíveis. Com o passar do tempo, esse homem já não podia se fatigar na lida sozinho e não teria como pagar outro jornaleiro, pois correria o risco de prejuízo. A escravização dos considerados fracos teria sido a solução encontrada. Da escravidão à exploração dos que menos tinham não demoraria. A igualdade desapareceu completamente! Escravidão e exploração se multiplicaram na sociedade civil.

O posseiro da terra se tornaria o proprietário dela. Para dar a sensação de legalidade às demarcações das posses, surgiram as primeiras regras de justiça a fim de cada um receber o que lhe era considerado devido. A partilha das terras teria feito surgir o direito de propriedade. Os primeiros efeitos dessa propriedade privada viriam a ser a concorrência injusta, a rivalidade, a oposição de interesses, o tirar proveito dos outros, a ganância de aumentar a propriedade, o sentir-se superior aos outros, o prejudicar o semelhante e a inveja. Uns ganham muito pelo seu trabalho enquanto outros ganham pouco. E essa foi a evolução da “desigualdade natural”. Aqueles que passaram a ter animais e terras em abundância foram considerados ricos e aqueles que continuaram sem nada, pobres. Estes passaram a depender daqueles e aqueles passaram a dominar, a se servir, a violentar e a rapinar estes. O trabalho na lavoura fundou a exploração do semelhante. Rousseau imaginou que



essa poderia ter sido a origem da desigualdade entre homem e mulher, entre pai e filho (na instituição da família), e entre patrão e empregado, entre explorador e explorado (nas relações de trabalho).

### 1.3 A evolução das desigualdades

Lembremo-nos de que, até aqui, foram observadas quatro desigualdades fundamentais. À medida que a leitura do conteúdo avança, nós percebemos que novas situações foram ensejando novas desigualdades. Recapitulemos, então, as desigualdades que Rousseau nos tem apresentado: (1.) natural; (2.) moral; (3.) deveres domésticos; (4.) patrimonial. A desigualdade patrimonial corrompeu de vícios a alma do posseiro de terra (concorrência injusta, rivalidade, oposição de interesses, tirar proveito dos outros, ganância de aumentar a propriedade, sentir-se superior aos outros, prejudicar o semelhante e a inveja). Da desigualdade patrimonial, surgiu a exploração do trabalho do empregado e, *a posteriori*, a escravidão. À lista acima, Rousseau descreveu quatro outras espécies de desigualdade, quais sejam: (1.) mérito pessoal; (2.) poder; (3.) posição; (4.) riqueza. Exatamente nessa ordem porque, para aquele filósofo, o mérito pessoal originou as demais e a riqueza foi a última desigualdade de todas. Debrucemo-nos nas palavras do nosso escritor tal como ele as escreveu:

Se aquioubessem detalhes, eu explicaria facilmente como, mesmo que o governo não se envolva nisso, a desigualdade de crédito e de autoridade se torna inevitável entre os particulares, logo que, reunidos em uma mesma sociedade, são forçados a se comparar entre si e a ter em conta as diferenças encontradas no uso contínuo que fazem uns dos outros. Essas diferenças são de muitas espécies. Mas, em geral, a riqueza, a nobreza ou a posição, o poder e o mérito pessoal, sendo as principais distinções pelas quais as pessoas se medem nas sociedades, eu provaria que o acordo ou o conflito dessas forças diversas é a indicação mais segura de um Estado bem ou mal constituído: faria ver que, entre essas quatro espécies de desigualdade, sendo as qualidades pessoais a origem de todas as outras, a riqueza é a última à qual se reduzem por fim, porque, sendo a mais imediatamente útil ao bem estar e a mais fácil de comunicar, dela se servem facilmente para comprar todo o resto. Essa observação pode fazer julgar bastante exatamente da medida da qual cada povo se afastou de sua instituição primitiva e do caminho que fez para o termo extremo da corrupção. (ROUSSEAU, [s.d.], p. 79)

E sobre a desigualdade da riqueza, podemos ler o seguinte:

Antes de terem sido inventados os sinais representativos da riqueza, estas só podiam consistir em terras e em animais, os únicos bens reais que os homens poderiam possuir. Ora, quando as herdades foram crescendo em número e em extensão, a ponto de cobrirem o solo inteiro e se tocarem todas, umas não puderam mais crescer senão à custa de outras, e os extranumerários, que a fraqueza ou a



indolência tinham impedido de adquiri-las por sua vez, tornados pobres sem ter perdido nada, porque, tudo mudando em torno deles, só eles não tinham mudado, foram obrigados a receber ou a roubar a subsistência das mãos dos ricos; e, daí, começaram a nascer, segundo os diversos caracteres de uns e de outros, a dominação e a servidão, ou a violência e as rapinas. Os ricos, por seu turno, mal conheceram o prazer de dominar, desdenharam em breve todos os outros, e, servindo-se dos seus antigos escravos para submeter novos, não pensaram senão em subjugar e escravizar os vizinhos, como lobos esfaimados que, tendo experimentado a carne humana, desdenham qualquer outra nutrição e não querem mais devorar senão homens. ROUSSEAU, [s.d.], p. 67)

Finalmente, a desigualdade entre os homens involuiu ao seu patamar mais baixo e degradante (aquele no qual a coisificação do ser humano se apresenta na sua forma mais abjeta, a ponto de se amar as coisas e usar as pessoas, de apegar-se afetuosamente a posses em detrimento do semelhante, de estimar mais os objetos e desprezar o outro ente): a escravidão! De um lado, é um patamar baixíssimo para o pobre que se torna escravo compulsória ou voluntariamente porque a liberdade é o seu único patrimônio. Por outro lado, é baixíssimo também para o rico que inverte um dos valores mais caros da humanidade. A escravidão é o último estágio da desigualdade.

Os pobres nada tendo que perder senão a sua liberdade, seria grande loucura que eles deixassem tirar voluntariamente o único bem que lhes restava, para nada ganhar em troca [...] (ROUSSEAU, [s.d.], p. 71)

[...] a mais cega obediência é a única virtude que resta aos escravos.

Aqui está o último termo da desigualdade, e o ponto extremo que fecha o círculo e toca no ponto de onde partimos; é aqui que todos os particulares voltam a ser iguais, porque nada são, e os súditos não tendo mais outra lei senão a vontade do senhor, nem o senhor outra regra senão as suas paixões, as noções do bem e os princípios da justiça desaparecem de ora em diante; é aqui que tudo conduz exclusivamente à lei do mais forte, e, por conseguinte, a um novo estado de natureza diferente daquele pelo qual começamos, sendo que um era o estado de natureza na sua pureza, e este último é o fruto de um excesso de corrupção. Há tão pouca diferença, aliás, entre esses dois estados, e o contrato de governo é de tal modo dissolvido pelo despotismo. [...] (ROUSSEAU, [s.d.], p. 81)

#### **1.4 A desigualdade no estado civil**

“O contrato social” é a obra considerada como a mais importante de Jean-Jacques Rousseau para alguns de seus especialistas. De uma maneira geral, é um tratado de direito político no qual o absolutismo e o feudalismo foram duramente criticados. A esperança do filósofo era a de que, no estado civil, a justiça, a moralidade, a razão, o dever e o direito seriam os condutores do Homem. Ele acreditava que o estado civil seria caracterizado pelas seguintes vantagens: desenvolvimento das faculdades, ampliação das ideias, nobreza de sentimentos, elevação da alma e inteligência do ser. Paradoxalmente, a degradação da condição humana seria a mais expressiva desvantagem.



No estado civil, um pacto social foi acordado para o estabelecimento da ordem social. O pacto social é o instrumento pelo qual cada um entrega a própria liberdade e se subordina à autoridade do Estado. Duas coisas foram ditas sobre autoridade em “O contrato social”: primeira, as convenções sociais criaram a autoridade; segunda, a autoridade não é um uso natural. “Uma vez que homem nenhum possui uma autoridade natural sobre seu semelhante e, pois, que a força não produz nenhum direito, restam, pois, as convenções como base de toda autoridade legítima entre os homens” (ROUSSEAU, [s.d.], p. 20). Em suma, no início da ordem social do estado civil, os mais fortes tomaram o poder e os mais fracos tiveram que aceitá-los. Se houve alguém quem os resistisse, foi escravizado. A desigualdade foi se tornando mais complexa.

As convenções do contrato social no estado civil fizeram o Estado dono de todos os haveres de um país com o discurso de que o direito da comunidade é superior ao direito do particular. As liberdades individuais foram encampadas em benefício de um ideal maior: a liberdade civil foi limitada pela vontade geral. E para solucionar o problema da desigualdade nítida, convencionaram que os cidadãos desfrutam do direito da igualdade moral.

Poder-se-ia, em prosseguimento do precedente, acrescentar à aquisição do estado civil a liberdade moral, a única que torna o homem verdadeiramente senhor de si mesmo, posto que o impulso apenas do apetite constitui a escravidão, e a obediência à lei a si mesmo prescrita é a liberdade. (ROUSSEAU, [s.d.], p. 33).  
[...] o pacto fundamental, ao invés de destruir a igualdade natural, substitui, ao contrário, por uma igualdade moral e legítima a desigualdade física que a Natureza pode pôr entre os homens, fazendo com que estes, conquanto possam ser desiguais em força ou em talento, se tornem iguais por convenção e por direito. (ROUSSEAU, [s.d.], p. 36)

Tudo se tornou muito mais abstrato e subjetivo. Tudo ficou muito mais fácil de manipular por meio de subterfúgios espúrios. Se a comunidade política for inescrupulosa, pode conspirar para manipular a desigualdade social de acordo com suas conveniências alegando que é para o bem comum. Muito conquanto o filósofo de Genebra defendesse que o ideal da instituição do Estado com um soberano, com um corpo de representantes políticos e com leis, fosse para garantia de liberdade e igualdade a todos os cidadãos.

Se se procura saber em que consiste precisamente o maior dos bens, que deve ser o objetivo de todo sistema de legislação, achar-se-á que se reduz a estes dois objetos principais: a liberdade e a igualdade. A liberdade, porque toda independência particular é outra tanta força subtraída ao corpo do Estado; a igualdade, porque a liberdade não pode subsistir sem ela.  
Já tive ocasião de dizer em que consiste a liberdade civil; a respeito da igualdade, não se deve entender por essa palavra que os graus de poder e riqueza sejam absolutamente os mesmos, mas que, quanto ao poder, esteja acima de toda



violência e não se exerça jamais senão em virtude da classe e das leis; e, quanto à riqueza, que nenhum cidadão seja assaz opulento para poder comprar um outro, e nem tão pobre para ser constrangido a vender-se: o que supõe, por parte dos grandes, moderação de bens e de crédito, e, do lado dos pequenos, moderação de avareza e ambição.

Essa igualdade, dizem, é uma quimera especulativa, que não pode existir na prática; contudo, se o abuso é inevitável, segue-se que se não deve ao menos regulamentá-lo? É precisamente porque a força das coisas tende sempre a destruir a igualdade que a força da legislação deve sempre tender a conservá-la. (ROUSSEAU, [s.d.], p. 64)

No instante em que o povo está legitimamente reunido em corpo soberano, cessa toda e qualquer jurisdição do governo, o poder executivo fica suspenso, e a pessoa do último dos cidadãos é tão sagrada e inviolável quanto a do primeiro magistrado, porque onde se encontra o representado deixa de haver o representante. (ROUSSEAU, [s.d.], p. 108)

## 2 O homem cordial brasileiro e o reflexo na religião

### 2.1 Pedagogia moderna e as virtudes antifamiliares

As famílias patriarcais “concentradas em si mesmas e obedientes ao velho ideal que mandava educarem-se os filhos apenas para o círculo doméstico” (HOLANDA, 1997, p. 143) estão em extinção. “A educação familiar deve ser apenas uma espécie de propedêutica da vida na sociedade, fora da família” (HOLANDA, 1997, p. 143). Como os vínculos familiares foram classificados como opressivos, a pedagogia moderna é para “libertar” o indivíduo das “virtudes” (aspas do autor) familiares, isto é, para separá-lo da comunidade doméstica com o objetivo de adaptá-lo à “vida prática” (aspas do autor). A orientação adotada é a da conveniência. A obediência só deve ser expressada se for conveniente para a evolução social da criança. Nos outros campos, a desobediência deve ser tolerada. O “pátrio poder” tornou-se deletério para a nova ordem familiar. A solidariedade e a empatia – características da família tradicional – cederam lugar para as virtudes antifamiliares da “iniciativa pessoal e na concorrência entre os cidadãos” (HOLANDA, 1997, p. 144).

Não se pode negar que o indivíduo que luta pela sobrevivência tende a despertar ímpetos empreendedorísticos. Sem a proteção dos progenitores, é óbvio que o vulgo tem que “aprender a se virar sozinho”. Holanda cita a obra “Um estadista do império”, de Joaquim Nabuco, para ratificar o argumento acima: “em nossa política e em nossa sociedade [...], são os órfãos, os abandonados, que vencem a luta, sobem e governam” (São Paulo, 1936, *apud* HOLANDA, 1997, p. 144). O autor de “Raízes do Brasil” critica o aparelhamento do Estado em favor de investimentos sociais, mormente quanto à previdência social, alegando que deixa “margem extremamente diminuta à ação individual



e [...] toda sorte de competições” (HOLANDA, 1997, p. 145). Essa colocação quer dizer que, de igual maneira, as famílias patriarcais condenam seus meninos a se tornarem “inadaptados e até psicopatas” (HOLANDA, 1997, p. 145). Os tempos são outros, é o que se deduz dos argumentos do autor. O que já foi valorizado no passado para a harmonia social não serve para a sociedade atual. O exemplo para isso é o castigo físico que não é visto como meio eficiente de adestramento infantil. Para os especialistas, as virtudes familiares causam desequilíbrio social e devem ser evitadas. No lugar delas, as virtudes antifamiliares é que levarão a sociedade ao *status cours* desejado.

## 2.2 O homem cordial

Hodiernamente, o vocábulo “cordial” tem a semântica do que é “relativo ao coração; afetuoso; sincero; franco” etc. A etimologia vem do latim “*cor, cordis*”, a qual significa os “elementos de composição designativo de coração”. No texto do capítulo do livro de Sérgio Buarque de Holanda, o vocábulo é empregado como classe de palavras denominado de ADJETIVO, por depender do substantivo “homem” a fim de determiná-lo e qualificá-lo. Conquanto o vulgo subentenda “cordial” como “educado”, a introdução acima serve para elucidar que o autor de “Raízes do Brasil” o empregará no *stricto sensu* de alguém que “age pelo coração”, ou seja, alguém que demonstra afetuosidade, passionalidade, impulsividade e espontaneidade exageradas. Grosso modo, o escritor vai ao encontro do estereótipo generalizado do brasileiro como pessoa que age mais pela emoção que pela razão, um povo que se identifica com circunstâncias de demonstração livre de sentimentalismos muito mais que com racionalismos enquadrados cerceadores.

O “homem cordial” não pressupõe bondade, mas somente o predomínio dos comportamentos de aparência afetiva, inclusive suas manifestações externas, não necessariamente sinceras nem profundas, que se opõem aos ritualismos da polidez. O “homem cordial” é visceralmente inadequado às relações impessoais que decorrem da posição e da função do indivíduo, e não da sua marca pessoal e familiar, das afinidades nascidas na intimidade dos grupos primários. (CANDIDO, Antônio. Prefácio. 1995, p. 17, In HOLANDA, 1997)

Afinal, os brasileiros são um povo que realmente demonstra o que sente? São, de fato, passionais? Sérgio Buarque de Holanda disse que a cordialidade é “a contribuição brasileira para a civilização” (HOLANDA, 1997, p. 146). A mais forte característica dos brasileiros é, paradoxalmente, seu ponto mais fraco. Esse jeito de encarar a vida em sociedade despojadamente, profanamente alheio aos rituais da etiqueta e à uma conduta polida.



A lhaneza no trato, a hospitalidade, a generosidade, virtudes tão gabadas por estrangeiros que nos visitam, representam, com efeito, um traço definido do caráter brasileiro, na medida, ao menos, em que permanece ativa e fecunda a influência ancestral dos padrões de convívio humano, informados no meio rural e patriarcal. Seria engano supor que essas virtudes possam significar “boas maneiras”, civilidade. São, antes de tudo, expressões legítimas de um fundo emotivo extremamente rico e transbordante. Na civilidade há qualquer coisa de coercitivo — ela pode exprimir-se em mandamentos e em sentenças. [...] a polidez é, de algum modo, organização de defesa ante a sociedade. Detém-se na parte exterior, epidérmica do indivíduo, podendo mesmo servir, quando necessário, de peça de resistência. Equivale a um disfarce que permitirá a cada qual preservar intatas sua sensibilidade e suas emoções. (HOLANDA, 1997, p. 146-147)

A polidez é o comportamento padronizado para a vida em sociedade, é uma máscara aprovada pelo coletivo, é uma autoproteção que fornece supremacia individual dentro do grupo. Enquanto o “homem polido” se exime da sociedade mesmo circulando nela, o “homem cordial” só vê sentido para si se estiver em sociedade. Afinal, a cordialidade só tem razão em função do outro. Portanto, o “homem polido” procura estar sozinho ainda que na multidão, mas o “homem cordial” não suporta a solidão. A vida do “homem cordial” é “um viver nos outros” (HOLANDA, 1997, p. 147).

### **2.3 Aversão aos ritualismos manifestada na religião**

O brasileiro é avesso ao ritualismo social em geral; não é de fazer “reverência prolongada ante um superior” (HOLANDA, 1997, p. 148). O brasileiro gosta de uma intimidade que causa estranheza ao estrangeiro. O brasileiro tem predileção por ver o círculo social externo como vê sua convivência na família patriarcal. O inconsciente coletivo do brasileiro procura eliminar barreiras separatistas e distanciamentos pessoais.

### **2.4 A religião e a exaltação dos valores cordiais**

A própria manifestação religiosa do brasileiro é profana, com pouquíssima reverência e veneração com a divindade. A manifestação religiosa do brasileiro parece desrespeitosa para o estrangeiro. Mas “o traço mais específico do espírito brasileiro” é justamente o “horror às distâncias” (HOLANDA, 1997, p. 149), conforme já dito anteriormente, mesmo até em relação ao elemento religioso.

A uma religiosidade de superfície, menos atenta ao sentido íntimo das cerimônias do que ao colorido e à pompa exterior, quase carnal em seu apego ao concreto e em sua rancorosa incompreensão de toda verdadeira espiritualidade; transigente, por isso mesmo que pronta a acordos, ninguém pediria, certamente, que se elevasse a



produzir qualquer moral social poderosa. Religiosidade que se perdia e se confundia num mundo sem forma e que, por isso mesmo, não tinha forças para lhe impor sua ordem. Assim, nenhuma elaboração política seria possível senão fora dela, fora de um culto que só apelava para os sentimentos e os sentidos e quase nunca para a razão e a vontade. (HOLANDA, 1997, p. 150)

Desde sempre, o estrangeiro teve a impressão que a passionalidade, o exagero emocional e o sentimentalismo se manifestaram no brasileiro até nas celebrações litúrgicas – momentos nos quais se espera um ritualismo rigoroso para a expressão de fé que seja compreendida pela razão – o que privilegia os sentidos em detrimento da reflexão introspectiva. Os valores cordiais corromperam a seriedade do culto religioso.

O brasileiro sempre demonstrou uma “aversão ao ritualismo” em todos os níveis a ponto do autor achar que “o ritualismo não nos é necessário” nem em questões religiosas. O brasileiro ainda não desenvolveu uma disciplina intelectual que dominasse sua personalidade para as diversas situações sociais. O brasileiro faz questão de preservar essa percepção peculiar de liberdade. Isso não o faz melhor nem pior que os outros povos, mas certamente é sua marca característica mais expressiva.

### **3 Aplicação cruzada com o conteúdo da antropologia da religião**

#### **3.1 As desigualdades analisadas sob os conceitos da antropologia clássica**

A tese defendida na presente tarefa tem procurado se concentrar na Antropologia Filosófica de Jean-Jacques Rousseau sobre a evolução da desigualdade no tecido social e como foram estabelecidas as regras, as normas e as leis para a convivência harmônica e pacífica da civilização. A seguir, concentrou-se em demonstrar a Antropologia de Sérgio Buarque de Holanda em como a sociedade brasileira agregou a cordialidade como característica precípua de diferencial, apesar de manter a desigualdade e o contrato comuns às outras sociedades, com reflexos na vida social, na linguagem, nos negócios e na religião. Nesta unidade, os conteúdos acadêmicos expostos nos textos dos especialistas da Antropologia da Religião servirão para fundamentar o conteúdo teórico amalgamado até então. A citação abaixo reforça a introdução esboçada anteriormente tanto como revela que o ser humano não chega pronto no mundo, mas já encontra o mundo pronto para si:

[...] convém lembrar que ao nascermos já encontramos toda a cultura pronta e a nosso dispor. Não necessitamos de criar um idioma, uma religião, uma economia ou uma política. (MELLO, 2000, p. 126)



Antes do prosseguimento da defesa da tese sobre a gênese da desigualdade na Humanidade e na Religião, ver-se-ão os conceitos *stricto sensu* dos conceitos demonstrados de acordo com aqueles que dominam a ciência antropológica. Começar-se-á com a definição de antropologia:

A antropologia é o estudo dos seres humanos como criaturas de sociedade. Ela concentra sua atenção nas características físicas, nas técnicas industriais, nas convenções e nos valores que distinguem uma comunidade de todas as outras que pertencem a uma tradição diferente. O traço distintivo da antropologia entre as ciências sociais é que ela estuda seriamente outras sociedades além da nossa. (BENEDICT, 2021, p. 13)

Cultura foi definida como “padrão institucionalizado de comportamento aprendido de geração a geração” (MELLO, 2000, p. 85). A indagação retórica seguinte do mesmo especialista reforça esse conceito utilizando outras palavras:

O que é a cultura senão experiências humanas transmitidas por homens através dos séculos e por meio dos homens e das coisas e dos artefatos? A força da cultura está neste inter-relacionamento do homem de hoje com toda a sua ascendência. (MELLO, 2000, p. 89)

Para efeitos desta tarefa, importa trabalhar também o conceito de etnocentrismo. “Dá-se o nome de Etnocentrismo à atitude dos grupos humanos de supervalorizar seus próprios valores, sua própria cultura” (MELLO, 2000, p. 90).

O pensamento de Ruth Benedict interseccionou com o de Rousseau quando sintetizou muito bem acerca do afastamento do estado da natureza em aproximação da aparente vantagem do convívio em sociedade civilizada. “O que se perde em garantia de segurança da natureza, recupera-se na vantagem da maior flexibilidade” (BENEDICT, 2021, p. 22). Ruth Benedict completou o raciocínio filosófico de Jean-Jacques Rousseau sobre a cultura e a religião com a seguinte constatação:

Sendo tão diversas como mostram ser, as concepções da alma humana e de uma vida após a morte suscitam maiores dúvidas. É justificável supor que crenças quase universais como estas sejam invenções humanas muitíssimo antigas. Mas isto não equivale a considera-las biologicamente determinadas, porque é possível que elas sejam invenções muito remotas da raça humana, traços “de berço” que se tornaram componentes fundamentais de todo pensamento humano. Em última análise, talvez elas sejam tão socialmente condicionadas quanto qualquer costume local, mas se tornaram automáticas no comportamento há muito tempo. São antigas e universais. Entretanto, nada disto faz com que as formas observadas hoje sejam as formas originais surgidas em tempos primitivos. Tampouco há modo algum de se reconstruir essas origens mediante o estudo de suas variedades. Pode-se isolar o cerne universal da crença e diferenciá-lo de suas formas locais, mas ainda assim é possível que o traço tenha se originado em uma forma local acentuada e não em



algum denominador menos comum original de todos os traços observados. (BENEDICT, 2021, p. 26)

Sobre o estado de natureza, observa-se um certo assentimento comum na oração que declarou que “o estudo cuidadoso de sociedades primitivas é importante, na realidade, porque elas fornecem material exemplificativo para o estudo de formas e processos culturais” (BENEDICT, 2021, p. 26). As chamadas “sociedades primitivas” foram os grupamentos humanos primeiros originários, o zigoto das civilizações complexas conhecidas hodiernamente.

São primitivos aqueles povos cujas atividades estão pouco diversificadas, cujas formas de vida são simples e uniformes e cuja cultura em seu conteúdo e em suas formas é pobre e intelectualmente inconsequente. Suas invenções, sua ordem social, sua vida intelectual e emocional seriam também pouco desenvolvidas. (BOAS, 2010, p. 137)

As “sociedades primitivas” legaram à Humanidade o “padrão institucionalizado de comportamento aprendido de geração a geração” (MELLO, 2000, p. 85), isto é, elas deixaram a cultura como legado de valor incomensurável. Conquanto se saiba pela observação científica que “Para o bem ou para o mal, a herança cultural humana não é transmitida biologicamente” (BENEDICT, 2021, p. 23), ou em outros termos:

O processo de endoculturação começa após o nascimento da criança. Como sabemos, a cultura não é transmitida biologicamente e sim, através de uma série de processos culturais, entre os quais a endoculturação. Esta consiste num processo que tem início com o nascimento da criança e se estende até sua morte. [...] a criança ao nascer tem um comportamento cem por cento biológico. Mas logo ao nascer passa a receber o impacto da cultura e é levada a assimilar comportamentos padronizados que observa à sua volta. A tendência é absorver o máximo de cultura e conformar seu comportamento a ela. (MELLO, 2000, p. 86)

A cultura foi o aparelho, o dispositivo e o instrumento que colocou o gênero humano em destaque de superioridade para a sujeição dos *regna naturae* (reinos naturais): animal, vegetal e mineral, para conhecimento dos recursos e para o extrativismo. “O que realmente une os homens é a sua cultura, as ideias e normas que eles têm em comum” (BENEDICT, 2021, p. 24). As culturas modernas diferem das culturas primevas porque a cultura não é uma estrutura monolítica imutável, antes funciona mais comparativamente a um organismo vivo.

Mesmo aquelas culturas que parecem estabilizadas e inertes, também elas, estão em permanente movimento, vibram, palpitam, têm vida. [...] Em cada membro e em todos os membros estão presentes os valores culturais. [...] a cultura é um modo coletivo de provar a sobrevivência de todos e de cada um dos membros da população. (MELLO, 2000, p. 80)



Jean-Jacques Rousseau imaginou que a instituição da família fez surgir a sociedade civil. Aquela remota *mater cella* (célula mãe), possuidora de uma nesga de terra e formadora dos acúmulos iniciais, teria iniciado as relações de gênero no trabalho caseiro e no cuidado com os filhos: “a divisão entre homem e mulher. O homem é caçador ou pescador, a mulher recolhe plantas e animais que não fogem. Ela ocupa-se das tarefas domésticas e cuida das crianças pequenas” (BOAS, 2010, p. 141). As sociedades modernas lutam para se desenredarem do emaranhado relacional hermeticamente semiótico criado pelas “sociedades primitivas” porque “Acreditando, como Max Weber, que o homem é um animal amarrado a teias de significados que ele mesmo teceu” (GEERTZ, 2008, p. 4), então buscam alterar os conceitos de relações interpessoais originários para aquilo que consideram atualmente uma evolução para melhor.

### 3.2 O homem cordial brasileiro na compreensão da antropologia da religião

Os primeiros grupos sociais elaboraram suas expressões de religiosidade das quais dependem para terem sentido em viver. Essa retroalimentação de interdependência é uma dízima periódica em constante infinitesimal. “[...] cada sociedade desenvolveu o próprio sistema religioso e, por sua vez, a religião plasmou a evolução da sociedade em que se enraizou” (ALES BELLO, 1998, p. 162). Grosso modo, a sociedade desenvolveu a religião e a religião desenvolveu a sociedade. *Ipso facto*, a criatura tornou-se mais real e mais poderosa que o criador. A humanidade sente-se perdida sem a religião.

[...] o ser humano tem consciência de que a sua existência está ameaçada a cada instante e sabe também que é demasiado frágil para mantê-la viva sozinho, precisando confiar em outro poder, e este outro poder de fato o salva. (ALES BELLO, 1998, p. 166)

A mais completa definição de religião estruturalmente conhecida a apresenta dividida em cinco níveis:

*(1) um sistema de símbolos que atua para (2) estabelecer poderosas, penetrantes e duradouras disposições e motivações nos homens através da (3) formulação de conceitos de uma ordem de existência geral e (4) vestindo essas concepções com tal aura de fatualidade que (5) as disposições e motivações parecem singularmente realistas.* (GEERTZ, 2008, p. 67)

Parágrafos acima, na definição de antropologia, observou-se a marca das convenções peculiares do inconsciente coletivo como característica identificável do respectivo grupo social que compactua com a percepção de Sérgio Buarque de Holanda sobre a cordialidade como o marcador



da desigualdade do povo brasileiro em comparação com os outros povos, ou seja, como o elemento mais forte da sua essência. Pela explicação do pensamento de Sérgio Buarque de Holanda esboçada laconicamente, pode-se inferir que

Ele está interessado no comportamento humano não como uma determinada tradição – a nossa – o moldou, mas como tem sido moldado por quaisquer tradições. Está interessado na grande gama de costumes que encontramos em diversas culturas e seu propósito é compreender como estas culturas mudam e se diferenciam, as diferentes formas pelas quais elas se expressam e de que maneira os costumes dos povos funcionam na vida das pessoas que os compõem. (BENEDICT, 2021, p. 13)

Sobretudo, a conexão com o reflexo do principal marcador identitário na religião é nítida quando se lê que “O fato de maior importância é o papel predominante que o costume desempenha na experiência e na crença, bem como a muito ampla variedade que ele pode apresentar” (BENEDICT, 2021, p. 13-14). A cordialidade do brasileiro é a sua maneira de perceber o mundo e de se expressar nele. Ruth Benedict denunciou o fato de que

Nenhum ser humano olha para o mundo com olhos puros, mas o vê modificado por um determinado conjunto de costumes, instituições e maneiras de pensar. [...] A história da vida da pessoa é primeiro e acima de tudo uma adaptação aos padrões e critérios tradicionalmente transmitidos de uma geração para outra na sua comunidade. (BENEDICT, 2021, p. 14)

Verifica-se que a Humanidade cunhou a civilização. A civilização idealizou metodicamente seu sistema religioso. A religião autorizou os meios empregados pela civilização. Cada conjunto social tem a respectiva característica paradigmática, estereotípica e identitária. Os grupamentos são desiguais em si e entre si. As desigualdades das sociedades são nítidas nas religiões. As premissas proposicionais listadas nesse silogismo categórico levam à conclusão óbvia de que o povo brasileiro é desigual dos outros povos pela mais reconhecida das suas características que é a cordialidade. A cordialidade manifestada no trato social é evidenciada na liturgia religiosa plural e variegada. Essa condição pode ser concebida como a quintessência arquetípica da antropologia e da religiosidade brasileira. Fazendo uma apropriação de um raciocínio especializado, esta unidade pode apresentar o seguinte fechamento:

Podemos concluir nossas considerações acerca da endoculturação lembrando que, não obstante serem os indivíduos os agentes da cultura, não são eles que determinam o ritmo da cultura. Não é nenhuma humilhação ou demérito para o homem ser conduzido pela cultura. (MELLO, 2000, p. 89)



## Considerações finais

Este artigo pretendeu perseguir, entender e explorar a tese de que a espécie humana nunca vivenciou uma circunstância de igualdade e quiçá nunca a vivenciará. Entrementes, não há como negar que é um ideal nobilíssimo e é de bom alvitre continuar nessa busca. Rousseau ensinou que a instituição do Estado com as leis reguladoras da ordem social deveria ser para assegurar a igualdade política.

Segundo o pensamento de Sérgio Buarque de Holanda, o estereótipo étnico do brasileiro é o de um povo admiravelmente passional, que demonstra o que sente, que faz questão de se manter cordial (no *stricto sensu* do vocábulo) na vivência familiar, profissional, política, social e religiosa. Um povo que vive mais no plano da emoção que no plano da razão. Nesta tarefa de avaliação, cremos ter atingido nosso objetivo de mostrar que a desigualdade nos é muito natural, todavia que sejamos a reverberação do discurso de Jean-Jacques Rousseau em defesa do ideal de igualdade para a Humanidade e para a Religião.

Neste sentido, então, parecem fundamentais as palavras de Cristo: “Buscai o reino de Deus” (Lc 12,31); a busca do reino de Deus é a procura do bem, da paz, da concórdia, do respeito mútuo, numa palavra, do amor fraterno, pois se trata do esforço em realizar uma convivência justa e pacífica também na dimensão temporal. Nisso não é prevista nenhuma fuga. Assim é forçoso convir que se o reino de Deus fosse procurado e posto em prática por todos, a condição humana seria melhor. (ALES BELLO, 1998, p. 183-184)

Portanto, em conclusão, tem-se reforçado que a ciência dos costumes tem persistido em propor constantemente como desafio antropológico às religiões um diálogo perenemente resiliente entre as culturas e entre as religiões para se mitigarem as desigualdades de tempos imemoriais.

## Referências

ALES BELLO, Angela. *Culturas e religiões: uma leitura fenomenológica*. Tradução de Antônio Angonese. Bauru: Editora da Universidade do Sagrado Coração, 1998.

BENEDICT, Ruth. *Padrões de cultura*. Coleção Folha “Os pensadores”. São Paulo: Folha de São Paulo, 2021.

BOAS, Franz. *A mente do ser humano primitivo*. Tradução de José Carlos Pereira. Petrópolis: Vozes, 2010.

BUENO, Francisco da Silveira. *Dicionário escolar de língua portuguesa*. 10. ed. Rio de Janeiro: MEC, 1976.



FARIA, Ernesto. *Dicionário escolar latino-português*. 4. ed. Rio de Janeiro: MEC, 1967.

GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. 13ª reimpressão. 1. ed. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos Editora, 2008.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 4ª reimpressão. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

MELLO, Luiz Gonzaga de. *Antropologia cultural: iniciação, teoria e temas*. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. *A origem da desigualdade entre os homens*. Tradução de Ciro Mioranza. São Paulo: Editora Escala, [s.d.].

\_\_\_\_\_. *O contrato social ou princípios do direito político*. Tradução de Ciro Mioranza. São Paulo: Editora Escala, [s.d.].

**Recebido: 04-10-2023**

**Aceito: 13-02-2024**